

## MEMÓRIA DA REUNIÃO DE DIRETORIA

**Data:** 11 de Agosto de 2016 (quinta-feira).

**Horário:** das 09:00h às 12:00h

**Local:** ABCSEM

**Participantes:** Steven Udsen / Agristar; Diana / Isla; Alécio / Syngenta; Alison / Vilmorin; Bagattini / Feltrin; Paulo Koch / Sakata; Gerard / Incotec; Theo / Karis; Lionel / Rijk Zwaan; Fabiana e Marcelo / ABCSEM.

### Pauta:

1. Fechamento contábil junho e julho/2016;
2. Feedback Workshop DFIA;
3. Feedback Encontro ONPF's;
4. Seminário de Folhosas;
5. Reunião Diretor Geral da CATI – Laboratório de Fitossanidade – 10:00 hrs;
6. Decreto 5.153;
7. IN-50;
8. Uso de sementes F2 (segunda geração).
9. Outros assuntos.

### Deliberações:

#### 1. Fechamento contábil junho e julho/2016:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - ABCSEM 2016								
2.016	JULHO				ACUMULADO ANUAL ATÉ JULHO			
	REALIZADO	ORÇADO	DIFERENÇA	DIF.(%)	REALIZADO	ORÇADO	DIFERENÇA	DIF.(%)
<b>SALDO INICIAL - DISPONIBILIDADES (R\$)</b>	<b>323.067</b>	<b>292.540</b>	30.527	10%	340.837	340.837	0	0%
<b>RECEITAS</b>								
Anuidade	64.797	64.015	782	1,2%	414.841	414.252	589	0,1%
Renda de aplicações	2.722	1.537	1.185	77,1%	15.975	11.546	4.430	38,4%
<b>TOTAL - RECEITAS</b>	<b>67.519</b>	65.552	1.967	3,0%	430.816	425.798	5.019	1,2%
<b>DESPESAS</b>								
<b>TOTAL - 1 ADMINISTRATIVAS</b>	<b>9.109</b>	4.381	4.728	107,9%	38.511	30.712	7.799	25,4%
<b>TOTAL - 2 PESSOAL</b>	<b>31.779</b>	34.128	-2.349	-6,9%	246.764	259.273	-12.509	-4,8%
<b>AL - 3 TREINAMENTOS, CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E EVEN</b>	<b>6.426</b>	3.957	2.469	62,4%	20.967	27.399	-6.432	-23,5%
<b>TOTAL - 4 DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>15.156</b>	18.234	-3.078	-16,9%	116.772	126.658	-9.886	-7,8%
<b>TOTAL - 5 INVESTIMENTOS</b>	<b>0</b>	0	0	#DIV/0!	2.118	2.000	118	5,9%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>62.470</b>	60.700	1.769	2,9%	425.132	446.043	-20.911	-4,7%
2.015	REALIZADO	ORÇADO	DIFERENÇA	DIF.(%)	REALIZADO ANUAL	ORÇADO ANUAL	DIFERENÇA	DIF.(%)
<b>SALDO FINAL ORÇADO - (R\$)</b>	<b>328.116</b>	297.391	30.725	10,33%	346.521	320.591	25.930	8,09%
<b>RESULTADO DE PROJETOS</b>	<b>-6.819</b>	-950	-5.869	617,80%	-25.224	-24.150	-1.074	4,45%
<b>CAIXINHA</b>	<b>591</b>	0	591	#DIV/0!	591	0	591	#DIV/0!
<b>SALDO TOTAL FINAL- DISPONIBILIDADES (R\$)</b>	<b>320.705</b>	296.441	24.264	8,19%	<b>320.705</b>	296.441	24.264	8,19%

Apresentado o orçamento, os valores foram analisados e aprovados.

Marcelo informou aos presentes, que no mês de Agosto acontece o reajuste do acordo coletivo por convenção sindical e solicitou a todos autorização para estipular um valor, caso o valor real não seja aprovado dentro do prazo. Após debates, o valor estipulado será de 8%, devendo ser readequado após confirmação do sindicato.

## 2. Feedback Workshop DFIA;

O workshop foi realizado no dia 26/7, contou com cerca de 40 pessoas onde o Dr. André, Dra Virgínia e Dr. Osvaldo Antonio Strata Di Giácomo, procuraram responder todas as dúvidas dos associados presentes sobre os seguintes temas:

- 1) Oficina – Produção  
Registro de Inscrição de Campo (dúvidas SIGEF)  
Mapa de produção  
Preenchimento do Termo de Conformidade (Formação do Lote)
- 2) Fiscalização de sementes do comércio
- 3) Reembalagem em terceiros
- 4) Nova IN50
- 5) Norma Específica e Padrões de Olerícolas

Durante o evento o Dr. André mencionou que o Decreto 5153 poderá ser publicado no dia 15 de Agosto, o texto sofreu uma revisão pela Consultoria Jurídica do MAPA e será encaminhado à ABCSEM para apreciação.

## 3. Feedback Encontro ONPF's;

A Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (ABCSEM) promoveu um Workshop sobre as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária (ONPFs) do Brasil e da Holanda, no dia 21 de junho, em Campinas (SP).

A entidade recebeu uma comitiva de profissionais da ONPF da Holanda: Jeroen Kavelaars, Patricia de Vries e Roland Potting, além de profissionais do setor privado holandês.

O evento também contou com profissionais da ONPF do Brasil, dentre os quais: Juliana Ribeiro Alexandre, Lucas Zago, Luciana Bianchini, Marco Antônio Araújo de Alencar, Paulo Parizzi e Tiago Lohmann.

Marcelo Rodrigues Pacotte, secretário executivo, e Inês Wagemaker, diretora setorial de Mudas, representaram a ABCSEM na ocasião. Também marcaram presença no workshop os representantes do setor: Manoel José de Oliveira, diretor da Cooperflora, presidente da Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais e vice-presidente da Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Andreas Kruijssen, presidente da Cooperativa Veiling Holambra; e Theodorus Breg,

Durante o evento, Inês Wagemaker, diretora setorial de Mudas da ABCSEM, ressaltou para os presentes sobre a importância da parceria entre associações, empresas e o Ministério da Agricultura (Mapa). “Esta parceria é fundamental para o desenvolvimento do setor e a conquista de avanços para as relações comerciais”, afirmou. Manoel Oliveira, presidente da Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais, vice-presidente da Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e diretor da Cooperflora, complementou enfatizando que toda troca de conhecimento é bastante positiva e que os processos exigem amadurecimento.

“Os países europeus já possuem um conhecimento do que funciona na prática. No corpo técnico do Ministério da Agricultura temos profissionais altamente capacitados, bem formados e atualizados, mas no Brasil ainda há muitos protocolos e leis, tornando um desafio viabilizar os processos de forma mais simples e clara, e que mantenham a segurança fitossanitária”, disse Oliveira.

### Produção de ornamentais no Brasil

Os acordos de royalties que foram firmados nos últimos anos permitiram ao Brasil avanços no setor, entretanto, a floricultura de corte brasileira ainda depende quase que totalmente de material importado, já que o país não possui programas efetivos de melhoramento genético. O principal fornecedor do Brasil de material propagativo de flores e ornamentais é a Holanda, seguida da Tailândia e Taiwan, mas o país também realiza importações dos Estados Unidos, França, Dinamarca, Espanha e Argentina.

De acordo com Manoel Oliveira, dentre as prioridades da Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais atualmente estão a Defesa Agropecuária, por meio do credenciamento de laboratórios e promoção da interação entre as ONPFs e a base produtiva; comercialização, visando a agilidade dos processos comerciais e emissão de documentos para trânsito dos produtos; e também a Legislação, com registro de defensivos adequados à realidade do setor. Práticas fitossanitárias na Holanda

De acordo com Marian de Beuze, especialista da associação holandesa Plantum, a produção da Holanda é focada no comércio internacional, pois é o principal país exportador de material propagativo de flores e ornamentais do mundo: quase 45% do material de ornamentais é oriundo da Holanda, somando cerca de 300 milhões de euros. “Exportamos para quase 60 países e o Brasil está entre os cinco principais países. O Brasil é um cliente muito bom, com valor de exportação que gira em torno de 4 milhões de euros, mas ainda há um

grande potencial de comercialização a ser explorado, por isso, essa questão fitossanitária é tão importante”, afirmou Marian. “Estamos focados no melhoramento genético e desenvolvimento de novas variedades, que apresentem boa resistência a pragas e doenças, bem como alta qualidade de saúde fitossanitária. Todo o material tem que estar livre de pragas previstas na lista de pragas fitossanitárias e apenas as empresas regulamentadas têm a licença para comercializar os materiais de propagação”, complementou.

Segundo Sandra Poot, chefe de questões regulatórias e suporte a vendas da empresa Anthura, o monitoramento constante da produção (para combater viroses, bactérias, fungos, nematoides, etc.), testes em laboratório e controle biológico, são muito importantes para a segurança fitossanitária, bem como a realização de testes de inspeção oficiais e programas de certificação de exportação. “Um material vegetal saudável proporciona uma indústria ornamental saudável”, disse. Procedimentos de ARP no Brasil No Brasil, a realização de uma Análise de Risco de pragas (ARP) é conduzida de acordo com as normas aprovadas pelo Ministério da Agricultura e os custos envolvidos são custeados pelos interessados do país solicitante. O Departamento de Sanidade Vegetal utiliza como guias as diretrizes do Comitê de Sanidade Vegetal (Cosave) e a responsabilidade de todo o processo de análise e certificação é da ONPF do Brasil, que pode ser auxiliada por centros colaboradores credenciados.

“Na medida do possível estamos tentando auxiliar o produtor, não queremos criar barreiras, pois sabemos que o material de propagação é muito importante para o país, mas infelizmente as demandas são muitas e os trâmites precisam ser seguidos, mas mesmo com pouca mão de obra estamos tentando viabilizar os processos da melhor maneira”, explicou Paulo Parizzi, fiscal agropecuário do Mapa, durante o workshop.

O processo de solicitação de uma ARP junto ao Ministério da Agricultura deve ser formalizado por escrito tanto pela ONPF do país em questão, diretamente em Brasília, junto à ONPF do Brasil, quanto por uma empresa privada, que deve requerer junto às superintendências do Mapa nos respectivos estados. Cabe ressaltar que toda a documentação deve ser entregue em português e a definição do produto precisa ser minuciosa. A partir daí a ONPF do Brasil realiza uma revisão da ARP e posteriormente elabora uma Instrução Normativa (IN) que, em comum acordo com ambos os países envolvidos, será publicada pelo ministério e também enviada à Organização Mundial do Comércio (OMC). ARP e importação na Holanda

De acordo com Roland Potting, especialista em Análise de Risco de pragas, da Autoridade Holandesa de Segurança Alimentar (NVWA), na União Europeia a legislação é unificada entre todos os países membros e os procedimentos para Análise de Riscos de pragas (ARPs) é muito diferente do que é adotado no Brasil.

Segundo Potting, o Brasil possui um sistema mais fechado, com proibição das importações, a menos que o material se mostre saudável. A abordagem de ARP é baseada em commodities, ou seja, identifica todos os organismos possíveis que estão atrelados às commodities para analisar a verdadeira praga que pode vir a causar problema.

Já a União Europeia é bastante aberta, com uma abordagem de ARP baseada nos organismos, ou seja, avalia-se cada organismo para ver se está em uma lista de alerta e quais são as vias de ingresso daquele possível organismo, sendo que desde que não haja evidências de riscos, o ingresso do material é liberado.

A lista de pragas na União Europeia possui 300 organismos considerados prejudiciais, e está disponível no site da European and Mediterranean Plant Protection Organization (EPPO). No caso de certificação de exportação de qualquer país para a UE – a ONPF do país terá que declarar estar livre destes organismos listados. E para algumas commodities existem outras exigências – como testes a campo, exames laboratoriais, etc. Mas todo carregamento tem que apresentar o certificado de exportação.

De acordo com ele, a Holanda é um ponto de importação para a União Europeia, que recebeu, apenas em 2014, mais de 3 bilhões de plantas. Considerando tal fluxo, foi estabelecida uma categorização das commodities em alto risco e baixo risco (que demandam menor tempo de inspeção), utilizando parâmetros internacionais, dentre os quais fatores de risco ligados à produção, à planta e à sua utilização pretendida. Os de alto risco representam apenas 1% do material (dentre plantas para jardim ao ar livre, lenhosas e já crescidas) enquanto que os outros 99% do material é de baixo risco (dentre estacas sem raízes e plantas que serão utilizadas em interiores).

**Finalizando o evento, ficou acordado que seria encaminhado à Holanda um modelo de ARP brasileira, onde seria realizado uma nova avaliação com o método de “ARP Express” daí serão comparados os resultados para verificação da efetividade deste modelo mais simplificado de análise de riscos de pragas.**

#### 4. Seminário de Folhasas;

O evento foi realizado no dia 10 de agosto no hotel Premium e contou com mais de 270 participantes, a repercussão foi muito boa entre os participantes e algumas melhorias serão necessários para a próxima edição tais como: almoço ao invés de lanche reforçado, sala com capacidade de no mínimo 400 pessoas e pé direito elevado para as pessoas que estão ao fundo terem melhor visibilidade da apresentação. Foi solicitado o agendamento de reunião com Nehemias da Win Eventos para avaliação das críticas dos participantes, como também a verificação do resultado geral do evento.

#### 5. Reunião Diretor Geral da CATI – Laboratório de Fitossanidade – 10:00 hrs;

Marcelo realizou reunião com o Sr. Ricardo Lorenzini e o Sr Edson Coutinho, respectivamente diretor e Assessor da CATI, para tratar a respeito de análises fitossanitárias, onde a CATI comentou que seria possível a estruturação de um laboratório de Fitossanidade com apoio da Fundag, onde a Fundação seria responsável pela contratação do pessoal, onde para a efetividade da operação seria necessário a existência de um equilíbrio econômico financeiro, por tanto haveria a necessidade da frequência de um número de análises mensais. Após colocado o tema em discussão, ficou definido que a ABCSEM não tem como garantir uma frequência de análises mensais e a opção colocada, foi de incentivar os laboratórios particulares existentes a oferecerem serviços desta natureza para servir de opção às associadas, tendo em vista os poucos laboratórios de fitossanidade existentes. Foi colocada a opção de estruturar um laboratório da ABCSEM para prestação de serviços, tema este que deverá ser retomado no futuro. Outra alternativa muito citada é relativa à FAJ que está estruturando uma faculdade de Flores e Sementes em Holambra e no projeto consta um laboratório de análises fitossanitárias, onde o projeto está em andamento.

Durante a abordagem deste tema foi abordado a falta de recebimento de relatórios de análise de qualidade por parte da CATI e demais instituições, onde o direcionamento é de deixar como está.

Foi abordado também a possibilidade da realização de amostragem para qualidade de forma que não seja em todas as importações e sim de forma sazonal, tendo em vista que no resto do mundo não se retira amostra para qualidade e sim apenas para fitossanidade.

#### 6. Decreto 5.153;

Fora realizada uma reunião com associados para discussão sobre o decreto no dia 5/8 em Campinas, de forma muito objetiva atacando os pontos mais sensíveis relativos à nossa representação. Semana passada após reunião com o MAPA em Brasília, tomamos conhecimento de que a discussão do Decreto se prorrogou por um pouco mais de tempo, onde a meta é publicá-lo em até 120 dias. Tivemos uma reunião no Comitê de Legislação da Abrasem e soubemos que a minuta do Decreto pós CONJUR, texto o qual utilizamos como base para nossas discussões em nossa reunião em Campinas no dia 5/8, sofreu uma revisão parcial do MAPA a qual não foi finalizada ainda. Durante os próximos 20 dias receberemos a versão do Decreto revisada pelo MAPA e teremos uma reunião com o MAPA para apresentação. À partir daí, esta minuta será disponibilizada e será convocada uma nova reunião para discussão. Após consolidada nossa proposta, a mesma será encaminhada à ABRASEM para termos uma proposta única do setor.

#### 7. IN-50;

A proposta já encaminhada ao MAPA, segundo o Dr. André esta muito boa e deverá ser publicada neste segundo semestre de 2016.

#### 8. Uso de sementes F2 (segunda geração).

Alecio, representante da Syngenta informou que o número de sementes F2 de melancia e melão tem aumentado em cerca de 40%, principalmente na região do Araguaia, assim como a cultura de pimentão também. Ficou definido que a ABCSEM fará uma forte campanha para minimizar a produção, como também realizar denúncias ao MAPA contra produtores que estão salvando sementes para comercialização, fato este vedado pela lei.

#### 9. Outros assuntos.

##### 9.1 Levantamento de lotes máximos (ISTA)

Conforme apresentado na reunião da ABCSEM hoje, Steven enviará planilha com sugestão de tamanho máximo de lotes para **sementes híbridas**, para recebimento de feedback das empresas de sementes, para verificação se o tamanho máximo de lote faz sentido, considerando as experiências de importação e produção de lotes de sementes. Esta informação será enviada para a ISTA, que montou um grupo de trabalho para analisar alterações na regra de análise de sementes depois de receber feedback de seus associados de que o tamanho da amostra média era muito grande para sementes híbridas de hortaliças.

Entende-se que o tamanho máximo do lote é um dos principais fatores que determina o tamanho da amostra média, e que pode ser alterado. Outros possíveis fatores como tamanho da semente ou tipo de produção (wet seed, open field...) são características da espécie e não podem ser alteradas.

Fará parte do ofício enviado ao ISTA que não se elimine os lotes máximos que existem hoje, mas que se adicione novos valores para as sementes híbridas.

As sugestões que fiz levaram em conta:

- que a ISTA não muda regras com frequência
- não só o mercado Brasil
- ponto de vista de importador e produtor de semente (mesmo que menos comum)

As respostas deverão ser enviadas para o Marcelo e Fabiana, de modo que a garantir a anonimidade das informações.

9.2 Contratação de consultor para revisão da lista A1, tendo em vista que o MAPA encaminhará em setembro/2016, segundo a Coordenadora do MAPA Juliana Ribeiro, uma nova versão da Lista A1. A ideia é descobrir no mercado um profissional respeitado pelo MAPA para manter a imparcialidade dos resultados, será disponibilizada uma verba de até R\$15mil para a contratação, onde este valor, assim como o profissional deverão ser aprovados pela diretoria. Um nome sugerido foi o do professor Lindolfo Capellari Junior da Esalq

**Sem mais,  
ABCSEM**